

ACTA Nº03/2007

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA A VINTE E QUATRO DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E SETE.

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Maio, do ano de dois mil e sete, pelas dezanove horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no Cine-Teatro Municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quinquagésimo e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 16 de Maio do ano de dois mil e sete**, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:** -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:** -----

-----**01** – Apreciação e votação da acta nº02/2007 referente à sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em 2007.04.30; -----

-----**02** – Leitura resumida do expediente; -----

-----**03- ORDEM DO DIA** -----

-----**03.01** – Revogação da deliberação tomada em 30.04.2007 que aprovou a Carta Educativa do concelho de Ourém; -----

-----**03.02** – Apreciação e votação de nova proposta da Câmara Municipal relativa à Carta Educativa do concelho de Ourém»; -----

-----**03.03** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Marques das Neves; -----
-----António Miguel Lopes Mangas Reis; -----
-----António Ribeiro Gameiro; -----
-----Avelino da Conceição Subtil;-----
-----Constantino da Graça Lopes; -----
-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----
-----Elias Dias da Silva; -----
-----Filipe de Jesus Janeiro; -----
-----Francisco Caetano;-----
-----Francisco Gonçalo Nunes André; -----
-----Humberto Luís Ferraz Antunes; -----
-----Joana Luísa Abreu de Figueiredo;-----
-----Joaquim dos Reis Gonçalves; -----
-----José Augusto Dias dos Reis; -----
-----José Custódio Ribeiro Faria;-----
-----José da Silva Pereira; -----
-----José Ferreira Vieira;-----
-----José Maria do Padre Castelino e Alvim; -----
-----José Maria Henriques de Sousa; -----
-----Luís de Sousa e Silva; -----
-----Manuel Lourenço Dias;-----
-----Manuel Rodrigues Antunes;-----
-----Manuel Tavares Lopes; -----
-----Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----
-----Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----

-----Mário João de Oliveira Santos; -----

-----Natálio de Oliveira Reis; -----

-----Nelson Carlos Lino Lopes; -----

-----Sérgio José Ferreira Ribeiro; -----

-----Sérgio Manuel Gameiro Fernandes; -----

-----Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----

----- Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

-----José Maria do Padre Castelino e Alvim. -----

----- Não compareceram, nem justificaram a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

-----Alexandre Herculano Costa Pereira Domingos;-----

-----Carina João Reis Oliveira;-----

-----João Carlos Gameiro Rodrigues. -----

-----Não compareceu, tendo justificado a respectiva falta, o membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

-----Jorge Manuel Reis Heleno. -----

-----Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e quinze minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

-----Senhor Presidente da Câmara: -----

-----David Pereira Catarino. -----

-----Senhores Vereadores em regime de permanência:-----

-----Humberto Lopes da Piedade; -----

-----João Manuel Moura Rodrigues; -----

-----Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

-----Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

-----José de Oliveira Fernandes; -----

-----José Manuel Pereira Alho; -----

-----Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição. -----

----- O Presidente de Junta de Freguesia de Espite, senhor **João Pereira Trezentos**, na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do número um, do artigo trigésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fez-se representar pelo Tesoureiro da citada Junta de Freguesia, senhor **Manuel Salvador Pereira Graça**, casado, de cinquenta e quatro (54) anos de idade, empresário, residente na freguesia de Espite, concelho de Ourém, portador do Bilhete de Identidade número cinco milhões duzentos e oitenta mil oitocentos e quarenta e oito (5280848), emitido pelo Arquivo de Identificação de Santarém em três de Novembro do ano de dois mil e seis (03/11/2006) e possuidor do número de Contribuinte cento e cinquenta e cinco milhões trezentos e cinquenta e sete mil (155357000). -----

-----De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

"ORDEM DE TRABALHOS"-----

01 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO DOIS BARRA DOIS MIL E SETE, REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA A TRINTA DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E SETE. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- **CORRECÇÃO DO SECRETARIADO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, na página vinte e seis, vigésima sétima linha, aquando da intervenção do senhor José Manuel Dias Poças das Neves, o documento «*Intervenção de carácter local*» não foi apresentado por este, mas antes pelo membro deste órgão deliberativo, senhora Carina João Reis Oliveira. -----

-----Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS** apresentou a seguinte correcção: na página vinte e oito, aquando da sua intervenção, deve constar a referência que fez ao Centro Desportivo de Fátima, felicitando-o pelo trabalho desenvolvido até à data. -----

= **NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS**, tendo sido substituído na sessão de trinta de Abril pelo senhor José Manuel Dias Poças das Neves, apresentou as seguintes correcções: -----

- na página vinte e seis, vigésima sétima linha, aquando da intervenção do senhor José Manuel Dias Poças das Neves, o documento «*Intervenção de carácter local*» não é da sua autoria; -----

- na página dezanove, décima nona linha, onde consta «... 10 milhos ...» deve constar «... 10 **milhões** ...». -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, atendendo a que a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor Manuel Lourenço Dias, exposta na página vinte e nove, está conforme proferida, e as suas intervenções, nomeadamente nas páginas trinta e quatro e cinquenta e sete, figuram apenas em tópicos, questionou se este método foi utilizado devido ao escasso tempo para elaborar a acta ou se é um timbre para alguns elementos deste órgão. -----

Na página cinquenta e sete, aquando da submissão da proposta a votação do plenário, sublinhou a dubiedade relativamente a qual das duas proposta é posta a votação, se a da Câmara Municipal, se a apresentada pelo membro da Assembleia Municipal, senhora Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira. -----

-----Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que as actas relatam o que a Mesa entende ser essencial relativamente ao que decorre em cada uma das sessões, sublinhando que as intervenções para constarem *ipsis verbis* em acta, deverão ser apresentadas por escrito. -----

No que concerne à proposta colocada a votação, sublinhou que era naturalmente a apresentada pela Câmara Municipal. -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** na página cinquenta e sete, aquando da sua intervenção acerca da Carta Educativa, deve constar que fez um apelo no sentido de que a Assembleia Municipal não deveria aprovar a proposta apresentada dado que ao fazê-lo inviabilizaria a negociação para a emergência de um outro documento mais satisfatório. -----

----- **Não se registando mais nenhum pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quatro abstenções.** -----

-----Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhor António Miguel Lopes Mangas Reis declarou que o seu voto de abstenção deve-se ao facto de não ter recebido a acta em apreço. -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

-----Circular da Associação Nacional de Municípios, datada de vinte e quatro do transacto mês de Abril, remetendo informação relativa à «campanha de comunicação: juntos melhoramos a Escola» - acção conjunta com o Ministério da Educação; -----

-----Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, datado do dia trinta do transacto mês de Abril, remetendo cópia do Requerimento acerca da «Taxa de Deposição em Aterro, aplicação do Decreto-Lei n.º178/2006, de 5 de Setembro»; -----

-----Ofício do Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, Caxarias, datada do dia catorze do corrente mês de Maio, agradecendo a presença da senhora Presidente da Assembleia Municipal aquando do painel de «Apresentação da Escola/ Agrupamento no decurso da Avaliação Externa»; -----

-----Carta dos Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Fontainhas da Serra, datada de vinte e três de presente mês de Maio, informando dos motivos pelos quais esta escola deve pertencer ao Território Educativo de Fátima. -----

----- **A ASSEMBLEIA FICOU INTEIRADA.** -----

03.01 – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM 30.04.2007 QUE APROVOU A CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURÉM. -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número oito mil e setecentos, datado de 16 de Maio, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia catorze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, que proceda à revogação da deliberação relativa à aprovação da *Carta Educativa do Concelho de Ourém*, ocorrida na sessão ordinária da Assembleia Municipal, levada a efeito no dia trinta do pretérito mês de Abril. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a reanálise do documento resulta da verificação de alguns constrangimentos inerentes à duplicação dos circuitos escolares conducentes a custos elevados difíceis de assumir. -----

Disse ainda que se procurou reequacionar alguns motivos suscitadores de protesto, nomeadamente a agregação de algumas freguesias a agrupamentos de escolas, tais como: ----

- as freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos, anexadas anteriormente ao Agrupamento de Escolas de Freixianda, passam a incorporar o Território Educativo de Caxarias; -----

- as freguesias de Matas, Olival e Seiça, anexas ao Agrupamento de Escolas de Caxarias, na proposta a discutir passam a fazer parte do Território Educativo de Ourém – Escola Secundária (Olival e Olival) e Território Educativo Conde de Ourém (Seiça), respectivamente; -----

- a localidade de Fontainhas de Seiça, freguesia de Atouguia passa a integrar o Território Educativo de Fátima. -----

----- Finda a exposição, e aberto o período de pedido de esclarecimentos, verificaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Senhora Vereadora e Senhores Vereadores, -----

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

Caros Colegas, -----

Cara e caros representantes de órgãos da Comunicação Social, -----

Caros Múncipes, -----

Espelho meu espelho meu, há alguém mais incompetente e trapalhão que eu? -----

Em política tudo o que parece é! Assim dizem os entendidos! -----

Em política as meias verdades ou as verdades com rabo-de-palha ficam sempre a descoberto!

Ainda bem que assim é, porque a democracia em que vivemos exige de nós a frontalidade de convivermos com a verdade e com certeza de que os políticos representam com nobreza as populações que os elegeram! -----

Foi com certeza com esse propósito que a minha intervenção nesta Assembleia Municipal no passado dia 30 de Abril foi minuciosamente escarpelizada pela maioria e o que originou que diversos responsáveis tivessem requerido e reunido com diversos membros do Governo, no sentido de se inteirarem das vontades e dos valores em causa nos investimentos que o Governo do PS está e vai concretizar no nosso Concelho. Digo Loja do Cidadão, 3º Juízo e nova sala de audiências, IC9, etc. -----

Mas nessa sessão, os Deputados Municipais do PS demonstraram com a restante maioria dos presentes um elevado sentido de responsabilidade ao viabilizar uma proposta de Carta Educativa com a qual não concordávamos, apresentada pelo órgão Câmara Municipal, após ter negociado com a Direcção-Regional de Educação de Lisboa e vale do Tejo (DREL), que como foi afirmado a não ser aprovada poria em risco a proveniência de fundos do QREN entre 2007-2013 para o nosso concelho em matéria de investimentos em instalações de educação! -----

Nessa sessão, em que a figura do “Espelho” foi tão sobejamente utilizada pelo nosso Presidente da Câmara Municipal, foi afirmado como se pode verificar pela leitura da respectiva Acta, que a proposta então em discussão era um produto final do trabalho de levantamento e investigação levado a cabo por uma empresa a quem havia sido pedido e pago pela Edilidade e de que essa proposta era a única aceite pela DREL, pelos insensíveis burocratas da DREL, que em Lisboa nada sabem, nada conhecem e que nós, nós no poder, no poder absoluto até queríamos outra solução, mas ele não deixam! -----

Então o PS, responsabilmente propôs a esta Assembleia que a então proposta fosse alterada no sentido daquela que é hoje sujeita a discussão e votação (embora esta menos clara). -----

Nesse momento, a Senhora Presidente da Assembleia, erroneamente, diga-nos, porque todas as propostas devem ser sujeitas a uma votação, sobretudo se são de especialidade relativamente a uma mais vasta, como era o caso, pôs apenas a proposta da Câmara Municipal a Votação. -----

Ficamos a saber, que a vontade da maioria era despachar a sua proposta para que fosse homologada e que a proposta da oposição era para ignorar, na boa tradição da outra senhora! É desta a face do espelho que V. Exas. se querem orgulhar enquanto democratas? Ou será da outra face, mais obscura e menos compreensível, que assenta no facto de V. Exas. no poder, demonstrarem que andam a brincar com o tempo e com o dinheiro do povo e até com a paciência das populações? Será desta trapalhada? -----

De facto, o espelho é uma excelente figura para retratar esta situação multifacetada que o nosso concelho vive hoje! -----

Na principal organização política do nosso concelho o que era verdade ontem, é mentira hoje, o que era uma carta Escolar ontem como a única possível por culpa e só grande culpa e culpa exclusiva da DREL. Hoje é mentira, porque afinal a DREL aceitava outras soluções só que a Câmara Municipal nunca lhas havia feito! Como aliás afirmamos! Esta é a outra face do espelho, que corresponde a uma falta de verdade atroz, que nos deixa a todos enlameados pela descredibilização da actividade política. E ficamos por aqui! -----

Sabemos que por vezes nem tudo corre bem, mas há processos que exigem outro cuidado, outra atenção. Não queremos dizer mal por dizer, mas houve e há aqui um certo sabor a pouco...-----

Todos sabemos que o executivo dirigiu muito mal este processo, que as escolas agentes educativos e parceiros autarcas não foram ouvidos, nunca foram ouvidos, que desde 2004 que a Câmara sabia que os Agrupamentos Horizontais iriam acabar, aliás pela mão do PSD/PP que a estratégia de contratar empresas incompetentes só poderia dar nisto e que o executivo apostou num cavalo sem fazer as contas do impacto nos transportes e nos investimentos a que obrigava a Carta aprovada, ao que parece para proteger alguns contra o todo. A isto o espelho só pode reflectir uma expressão real: incompetência absoluta! -----

Percebemos bem, agora, que afinal a proposta apresentada e aprovada nesta Assembleia foi uma invenção do executivo, para à pressa fazer o que não foi capaz de fazer bem e que a proposta do PS era incómoda. -----

Por isso, congratulam-nos por hoje, 24 dias depois, o executivo e a maioria que a suporta venha reconhecer que afinal o espelho reflectia e reflecte outra realidade quanto à vontade das nossas populações e da DREL, apesar das sombras com que se quiserem ofuscar as imagens políticas verdadeiras que estavam e estão em causa! Hoje, o executivo diz o dito pelo não dito, acrescenta o Olival e Seiça a Ourém e bem e mantém o Casal dos Bernardos e Rio de Couros em Caxarias! Embora não se percebam algumas opções, estamos de acordo com esta proposta imposta pela DREL, pelos insensíveis da DREL! -----

Concluimos: Os espelhos são bons amigos, por isso era bom que pudéssemos reflectir ao espelho, que papel andamos a fazer neste mundo e onde levam atitudes e políticas como as aqui retratadas! -----

Disse.” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, informou de que, após ter presenciado alguns comentários e consequentemente deduzido que a proposta da Carta Educativa, aprovada na sessão do dia trinta do pretérito mês de Abril, poderia não entrar em vigor, remeteu ao Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Lopes Perdigão, o ofício número trinta e nove, datado do dia nove do presente mês de Maio, abaixo transcrito, onde manifestou, conforme solicitado pelo agrupamento, o seu descontentamento face a esta questão: “Como é do vosso conhecimento foi recentemente aprovada, pela Assembleia Municipal de Ourém, a Carta Educativa. -----

De acordo com essa Carta Educativa a partir de agora a nossa freguesia deixará de pertencer ao Agrupamento de Caxarias e passará a fazer parte do Agrupamento da Freixianda. -----

Por termos consciência que esta medida não seria do agrado das pessoas desta freguesia, também em consciência, votamos contra. No entanto e apesar de que ninguém doa que votaram favoravelmente teve argumentos para dizer que era uma boa Carta Educativa, ela foi aprovada, porque, segundo eles, se não fosse ficaríamos sem dinheiro para reparar e construir novos edifícios escolares. -----

Sabemos que em democracia as minorias tem que sujeitar-se às regras do jogo e aceitar a vontade da maioria. -----

No entanto temos a informação de que até pela confusão que esta medida vai trazer também a nível de transportes a nossa continuação no Agrupamento de Caxarias poderá ainda ser possível, razão pela qual lhes pedimos o favor de averiguarem, e caso se confirme, ficamos à vossa inteira disposição para qualquer tipo de “luta” tendo em vista a restituição da normalidade. -----

Agradecendo a atenção que possam dispensar a este nosso pedido subscrevemo-nos enviando os nossos respeitosos cumprimentos,” -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES** expôs o seguinte: “Usando a imagem do espelho, aqui trazida à colação pelo Sr. Dr. António Gameiro, sempre dizemos, que se a Câmara fosse narcisista, ou seja, ficasse enamorada de si própria e das suas razões, a contemplar a sua imagem reflectida no espelho, ela tinha ficado quieta, e sobre o assunto cairia num pano de fundo. -----

Porém, não o fez, ficou inquieta, foi à luta, pensou e fez melhor. Pacificou a situação. -----
 Tem todo o nosso apoio, não foi autista, deu uma lição de humildade e de sabedoria, ao saber ouvir. Devemos aplaudir e não criticar.” -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** saudou os doze membros da Assembleia Municipal que, na sessão de trinta de Abril, votaram contra (quatro) ou se abstiveram (oito), aquando da votação da proposta. -----

Na sua opinião, foi um acto importante que deveria ter sido seguido por todos, conduzindo a uma suspensão dos trabalhos e consequente reanálise da matéria a fim de equacionar soluções mais viáveis e profícuas para a comunidade escolar. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo o mesmo deliberado, por maioria, com um voto contra do Presidente de Junta de Freguesia de Freixianda, revogar a deliberação tomada a 30.04.2007, relativa à *Carta Educativa do Concelho de Ourém*. ---**

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

03.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE NOVA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE OURÉM». -----

----- Foi remetida, pelo Município, através do ofício número oito mil e setecentos, datado de 16 de Maio, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia catorze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da *Carta Educativa do Concelho de Ourém*, conforme documentos anexos ao processo – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- Foi ainda remetida cópia dos referidos documentos, em suporte digital (CD), os quais, para melhor análise e apreciação, por parte do plenário, foram previamente facultados a todos os seus membros. -----

----- Aquando da discussão da matéria, em sede de reunião da Câmara Municipal, o Senhor Vereador, Dr. Humberto Lopes da Piedade prestou a sua informação n.º 20/2007, datada de catorze do presente mês de Maio, que se passa a reproduzir na íntegra: “Aprovada que foi a Carta Educativa do Concelho na reunião da Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2007, deparamo-nos com enormes constrangimentos, particularmente por parte de alguns parceiros sociais, e ainda com algumas dificuldades em assumir durante alguns anos a duplicação da rede de transportes escolares. -----

Nesta conformidade, tentou-se reequacionar toda a problemática, no sentido de encontrar uma solução mais consensual e simultaneamente enquadrável nas orientações do Ministério da Educação. -----

Assim, proponho que seja reavaliada a organização dos agrupamentos escolares, de acordo com os documentos em anexo” -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou, de forma clara e concisa, a proposta em análise, a qual, passa a ter a seguinte configuração: -----

----- *Território Educativo de Freixianda:* freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais; -----

----- *Território Educativo de Caxarias:* freguesias de Caxarias, Urqueira, Espite, Casal dos Bernardos e Rio de Couros; -----

----- *Território Educativo Conde de Ourém:* freguesias de Alburitel, Seiça, N.ª Sr.ª da Piedade (apenas zona urbana), N.ª Sr.ª das Misericórdias (excepto Bairro) e Atouguia (excepto Fontainhas da Serra); -----

----- *Território Educativo de Ourém – Escola Secundária:* freguesia de N.ª Sr.ª da Piedade (apenas Alqueidão, Pinheiro e Vale Travesso), Matas, Olival, Gondemaria, Cercal; -----

----- *Território Educativo de Fátima (com sede na Escola Secundária de Ourém):* freguesia de Fátima, localidades de Bairro (N.ª Sr.ª das Misericórdias) e Fontainhas da Serra (Atouguia).

Completando a sua informação, referiu que a Direcção Regional de Educação de Lisboa, face à especificidade do Território Educativo de Fátima, concorda que os serviços administrativos da Escola Secundária de Ourém tenham, em Fátima, uma delegação administrativa que permita um serviço de atendimento à comunidade escolar mais agilizado e célere. -----

Também informou de que se tenciona projectar, num futuro próximo, uma EB 2, 3 na cidade de Ourém para que a Escola Secundária passe a ser especificamente direccionada ao fim para que foi projectada. -----

----- Finda a exposição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo os esclarecimentos prestados, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as seguintes intervenções: -----

= **AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL** apresentou o seguinte documento: “Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal -----

Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Srs. Vereadores -----

Sras. e Srs. Deputados Municipais -----

Caros Colegas -----

Desenvolvo intervenção política e social há muitos anos neste Concelho. -----

Sempre mantive uma postura construtiva e dialogante. -----

Algumas propostas subscrevi e defendi publicamente ao longo dos anos. -----

De um modo geral foram acusadas pela maioria de irresponsabilidade e de mera demagogia política. -----

Muitas dessas propostas foram recuperadas e apresentadas pela maioria algum tempo depois, (como ainda agora aconteceu com a defesa pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal da construção de uma Escola Básica 2/3 para a cidade de Ourém, que vimos defendendo há vários anos) embora de um modo geral com outra roupagem. -----

Mais uma vez isso está a acontecer. Só que desta vez a recuperação da proposta que subscrevi foi muito rápida. -----

Fica aqui a minha constatação pública de que pelo menos uma vez a maioria reconheceu algum mérito às propostas da oposição. -----

A proposta de Carta Educativa hoje apresentada é grosso modo a apresentada pela deputada Agripina Vieira em nome do Partido Socialista na última Assembleia. -----

A alteração mais significativa tem a ver com a troca da Escola Básica N.º1 de Ourém, sede do actual Agrupamento Oureana, do Território Educativo Ourém Secundária para o Território D. Afonso IV Conde de Ourém, por troca com o actual Território Educativo do Olival (Acácio de Paiva). -----

Tenho dúvidas se será a melhor solução, tendo em conta as características dos dois estabelecimentos, quer físicas quer pedagógicas. -----

A Secundária de Ourém irá acolher alunos, em condições que não serão as mais adequadas, sendo previsivelmente menos gravoso para as crianças residentes na cidade do que para as que se deslocam das freguesias que agora se propõe integrar o Território Educativo – Ourém Secundária. -----

Afinal ficou demonstrado que quem conduziu o processo o fez de forma atabalhoada e displicente que se verificou inclusivamente no modo como foi aprovada a Carta Educativa hoje revogada, como os Srs. Vereadores do Partido Socialista denunciaram publicamente. -----

Esta Assembleia foi levada ao ridículo por esse trabalho displicente, com a maioria a votar uma proposta que sabiam de aplicação prática virtual. -----

Gostaria de ver alguns dos que votaram a anterior proposta a cumpri-la, fazendo deslocar os seus filhos para as Escolas sede dos Agrupamentos Educativos das suas residências. -----

Por fim pretendo deixar uma palavra aos Presidentes de Junta de Casal dos Bernardos e Rio de Couros que nesta Assembleia souberam ser coerentes com as posições defendidas pelas populações das suas freguesias.” -----

= **NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, expôs o seguinte: “Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Srs. Deputados -----

Confesso que estes últimos dias têm sido talvez os piores que tenho vivido há muitos anos, ao ponto de não ter conseguido dormir esta noite, porque tenho sentido que a questão da Carta Educativa para Fátima não foi realmente – a nível do que são os agrupamentos e as verticalizações, a melhor solução, levando as pessoas a fazerem diversos comentários. -----

A Junta de Freguesia nunca foi vista nem achada neste processo mas é envolvida numa série de perguntas e questões para as quais não tem resposta, a não ser perceber que esta solução não é melhor. -----

Hoje, pela manhã, quando falava com o Senhor Presidente da Câmara, manifestei a minha preocupação e questionei inclusivamente se o processo da Carta Educativa teria sido bem estudado, acompanhado, executado, profissionalmente gerido, etc., tendo-me sido respondido de forma positiva. -----

Após a resposta dada hoje, nesta Assembleia Municipal, no sentido de que seria implementado, em Fátima, uma delegação administrativa da Escola Secundária, fico um pouco mais sossegado porque, apesar de não ter acompanhado este processo e sem o perceber bem no fundo, concluo que com esta solução o «mal» poderá ser talvez menor. Mas, para que isso aconteça é necessário que haja articulação nas iniciativas e que as diversas entidades envolvidas neste processo falem a uma só voz. -----

O nosso sentido de voto mantêm-se igual ao da última Assembleia Municipal, porque entendemos que o mais importante é garantir financiamento para que tenhamos um parque escolar em condições.” -----

= **FRANCISCO CAETANO**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Freixianda, apresentou o documento que se passa a transcrever: “Na última reunião da Junta de Freguesia de Freixianda tínhamos verificado que ia haver uma remodelação nos territórios educativos do concelho. Assim, os alunos das Freguesias de Casal dos Bernardos e de Rio de Couros passariam a frequentar o Agrupamento de Escolas de Freixianda, tal como acontecera entre 1990 e 1998/1999 e aprovado na última reunião da Assembleia Municipal. -----

Posteriormente, houve um volte-face em relação a essa reestruturação na reunião da Câmara do dia 14 de Maio de 2007, ficando deliberado que os alunos que inicialmente iriam para o

Agrupamento de Escolas de Freixianda passariam a pertencer ao Agrupamento de Escolas de Caxarias, apresentando como pretexto o facto de os transportes serem mais facilitados para Caxarias, o que não é justificação plausível, pois que como, certamente, é do conhecimento do Executivo Camarário, a organização dos transportes fez-se com facilidade aquando da vinda dos alunos das Freguesias em questão para o Agrupamento de Escolas de Freixianda. -----

Por que razão há alunos das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos que ficam a 3 ou 4km da Freixianda e estão integrados no Agrupamento de Caxarias, a 8 ou a 10km? -----

Face ao exposto, leva-nos a concluir que a Câmara Municipal não está a ser uniforme e está a enfraquecer cada vez mais o norte do concelho. -----

A Freguesia de Freixianda está aqui representada pelo seu Presidente para repudiar a insensatez dos políticos deste concelho. -----

Por este motivo voto contra.” -----

= **ANTÓNIO MIGUEL LOPES MANGAS REIS** fez a seguinte exposição: “Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal -----

Colegas Deputados -----

Sr. Presidente -----

Sr.s Vereadores -----

Público presente -----

Correndo o risco desta minha intervenção dar-se a cortes pela Mesa desta Assembleia, quero ser o mais claro possível: -----

- Por entre telefonemas e negociações percebe-se que esta Carta Educativa é da responsabilidade da Direcção Regional de Educação, pelos vistos aqui representada pelo Partido Socialista e da imaginação do PSD local. -----

As alterações propostas parecem-me corrigir alguns erros, nomeadamente na distribuição geográfica, mas continua a manter o ridículo de a área educativa que abrange Fátima não ter aí a sua sede. Espero que aí seja estabelecido um núcleo administrativo – menos mau. -----

Mais uma vez não será pelo meu voto que se correrá o risco de perder fundos do QREN, fundamentais para a manutenção e desenvolvimento da rede escolar do Concelho.” -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, expôs o seguinte: “Antecipo o meu sentido de voto. Desta vez, vou votar favoravelmente. -----

Numa linguagem virtual, havia comparado esta questão a um bolo rei, onde há favas, agora que lhe retiraram algumas, vou apreciar de certeza um pedacinho desse bolo. -----

Quero dizer também que faço parte dos políticos de Ourém e estou contente com o que hoje vai ser aprovado. Faço também parte do norte do concelho e penso que o mesmo não vai ficar enfraquecido com esta medida, pelo contrário. -----

Dou os parabéns a quem teve a humildade de voltar atrás e repor as coisas no sítio. -----

Digo ainda que o norte do concelho continuará a expressar a sua voz e que eu continuarei a ser uma delas. -----

Refiro também que não guardo ressentimento daqueles que nos quiseram empurrar para a Freixianda, fico orgulhoso por sermos disputados pelos dois agrupamentos.” -----

= **SÉRGIO MANUEL GAMEIRO FERNANDES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Todos sabem que na última reunião votei contra, mas hoje voto favoravelmente. -----

Sinto-me orgulhoso por haver dois agrupamentos a disputar a minha freguesia que é pequena e pobre. -----

Pessoalmente e bem assim a população da freguesia de Casal dos Bernardos prefere o agrupamento de Caxarias e não é por uma questão de quilómetros, pois eu já medi e a localidade de Casal dos Bernardos mais longe de Caxarias fica a cerca de sete quilómetros e meio e a mais longe de Freixianda dista cerca de oito quilómetros e meio. -----

Apesar de tudo, quero que continue a haver um bom relacionamento entre mim e o Presidente de Junta de Freixianda. -----

Não quero que fiquem a pensar que sou contra alguém da Freixianda, apenas quero defender a minha posição e bem assim a da população da freguesia que lidero.” -----

= **JOSÉ FERREIRA VIEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, fez a seguinte intervenção: “Ex.ma Sr.ª Presidente da Assembleia Municipal -----

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal -----

Ex.mos Colegas Deputados -----

Na última Assembleia, pronunciei-me pelo facto da minha Freguesia estar dividida, chamo a atenção novamente e acho agora com mais razão pelo facto de em Fátima ir haver uma delegação de agrupamento. -----

Acho que faria sentido pertencer toda a Freguesia ao Agrupamento da Escola Secundária.” ---

= **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA** apresentou o seguinte documento: “Ao contrário dos membros desta assembleia que tomaram a palavra antes de mim, não tenho qualquer experiência política, sou uma novata nestas andanças, facto que, porventura, poderá explicar esta minha intervenção, que vai no sentido de me ajudarem a compreender o que se passou no decorrer do processo de aprovação da Carta Educativa do nosso concelho, porque de facto não consigo compreender a forma como tudo isto se desenrolou. -----

Assim, não percebo porque é que estamos pela terceira vez, a discutir nesta assembleia este assunto. -----

Não percebo porque é que uma proposta apresentada por este grupo parlamentar na última sessão de assembleia municipal, que não foi digna de qualquer reparo ou comentário técnico ou pedagógico, reaparece aqui hoje, com algumas alterações, para ser aprovada. Alterações essas que, na minha opinião, a diminuem substancialmente. -----

Não percebo como é que uma proposta “apenas ditada por interesses políticos”, segundo as palavras do Senhor Presidente da Câmara, é agora recuperada. O que é que mudou? -----

De facto, nunca fui porta-voz de ninguém, nem de uma direcção regional, nem de um ministério, muito menos de um partido. A proposta que aqui apresentei, em nome de um partido, teve apenas como único e exclusivo objectivo tentar remediar uma situação difícil.

Apresentei por isso uma solução que não é óptima nem ideal, mas a única que salvaguarda um maior número de situações. -----

Nunca fiz desta discussão uma questão partidária, pelo contrário. Fiz comentários e apresentei alternativas em sede de Comissão para a Educação e Saúde (conforme registado na acta desta assembleia de 30 de Abril). Fi-lo nesse espaço porque não quis confrontar ninguém com uma proposta alternativa desconhecida por me parecer que todos ganhávamos em discuti-la e estudá-la previamente, antes de ser apresentada para aprovação da assembleia Municipal. ----
Lamento não ter sido ouvida! -----

Sabe, Sr. Presidente, e se me permite este desabafo, sinto-me um pouco como o Senhor se sentiu aquando da reunião desta assembleia em Freixianda: achou que tinha estado a gastar o seu latim em vão. Pois, também me tenho sentido assim, com a agravante de ter ficado com a nítida impressão que sou uma péssima pregadora, porque não consegui convencer a maioria da bondade da minha proposta, ao contrário de si, por isso aqui ficam os meus parabéns Senhor Presidente.” -----

= **MANUEL TAVARES LOPES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Atouguia, expôs o seguinte: “Ex.ma Presidente da Assembleia Municipal -----
Na reunião do passado dia 30.04.07, ajudei a aprovar a Carta Educativa do Concelho. Nessa Carta, a Escola do 1.º Ciclo de Fontainhas da Serra estava integrada no Território Educativo de Fátima. -----

Em reunião da Comissão de Educação, eu próprio defendi que este estabelecimento de ensino fizesse parte do Agrupamento de Escolas Conde de Ourém por questões pedagógico/didácticas, visto assim poder fazer as suas programações a nível escola/meio com as restantes escolas da Freguesia. -----

Acontece, que essa petição foi agora conseguida pela modificação da Carta Educativa, colocando a dita escola no Agrupamento Conde de Ourém. Porém, os Pais e restante Comunidade Escolar protestam tal mudança, visto terem conhecimento que os Colégios de Fátima não vão receber novos alunos, e caso os recebam, terão de pagar uma propina, o que não sucede no caso da dita escola pertencer a este Território Educativo, e que também Fátima

é o destino das crianças e jovens em idade escolar, bem como o local onde os seus Encarregados de Educação trabalham. -----

Em face da situação, e atendendo que as questões logísticas estão a falar mais alto do que questões pedagógicas, venho propor a esta Assembleia, que ao votar a Carta Educativa, o faça de modo que a Escola do 1.º Ciclo de Fontainhas da Serra volte a fazer parte do Território Educativo de Fátima, para que os Pais e Encarregados de Educação, que pretendam colocar os seus filhos nos colégios de Fátima, o possam fazer por livre opção. -----

Seguidamente, entregou à Mesa da Assembleia Municipal um exemplar da *Carta Aberta* dos Pais e Encarregados de Educação da EB1 de Fontainhas da Serra, datada de vinte e três de Maio, do ano em curso, e bem assim o respectivo abaixo-assinado (documentos devidamente arquivado no processo). -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal comentou brevemente a exposição feita pelo membro da Assembleia Municipal, senhora Agripina Vieira: -----

- Sublinhou a diferenciação entre os Órgãos Executivo e Deliberativo, os quais devem respeitar o espaço mútuo relativo às respectivas competências; -----

- Referiu o carácter sério da proposta apresentada pela mesma, porém salientou que para aquela para ser viável teria de ser sustentada por quadros de apoio integrantes de um documento global, o que se pode verificar na proposta camarária que, para além do mapa alusivo aos cinco Territórios Educativos, contém quadros de suporte que reflectem uma projecção até ao ano lectivo de 2014/2015. -----

----- Face ao exposto, o membro da Assembleia Municipal, senhora **Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira** concluiu afirmando que, acima de tudo, o fundamental é que a Carta Educativa resulte num documento que agrade à população, não estando em causa o seu promotor. No entanto, reafirmou que a sua proposta tinha sido fruto de uma análise estruturada e fundamentada dos quadros apresentados. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada**

por maioria, com um voto contra e uma abstenção, respectivamente, dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Freixianda e de Nossa Senhora da Piedade. -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal expôs o seguinte: “Votei favoravelmente porque este Órgão deve representar todo o sentir do concelho e neste momento a *Carta Educativa* que nos é apresentada satisfaz a maioria da população do nosso município. No entanto, registo com desagrado que Fátima não tenha sido tratada como um caso de excepção, à semelhança do que foi feito noutros concelhos. Cito Rio Maior, Benavente, Arruda dos Vinhos, Sintra. -----

Assim sendo, apelo à Câmara de Ourém, na pessoa do Senhor Presidente, para que não deixe morrer o assunto, de maneira a que Fátima seja tratada de forma igual á que outras terras em igualdade de circunstâncias, o foram.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

03.03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, tendo-se registado a seguinte intervenção: -----

= **FILIFE DE JESUS JANEIRO**, retirando-se do plenário para ocupar o lugar do público, e na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio, expôs a questão relativa à construção de um muro na freguesia que lidera que, conforme disse, foi erguido pela Câmara Municipal sem o parecer da citada Junta de Freguesia e sem regra, aproximando-se demasiado da estrada, o que minimiza as passagens para peões. -----

De seguida, questionou o Senhor Presidente da Câmara se o muro seria para construir de facto naquele local, não lhe tendo sido dada resposta neste sentido. -----

Face ao exposto, e evocando as duas décadas ao serviço da freguesia, informou da sua intenção em continuar a zelar quer pelas crianças do Centro de Acolhimento Temporário quer pelos utentes do Lar local e referiu que, face à presente realidade, irá solicitar a sua demissão.

-----Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal apelou para que na qualidade de Presidente de Junta reflectisse sobre a decisão agora anunciada. -----

= **JOÃO FILIPE OLIVEIRA**, na qualidade de Presidente da Assembleia do Agrupamento de Escolas de Freixianda, expôs o seguinte: “Exma. Senhora Presidente, -----

Minhas senhoras e meus senhores, -----

O cimento da democracia é o respeito pelas instituições e das instituições entre si. -----

Estamos aqui em representação do Agrupamento de Escolas de Freixianda, a propósito da aprovação da Carta Educativa do Concelho de Ourém. Não nos apresentamos com ideia de defender ou contestar qualquer decisão política. Continuaremos como sempre a cumprir o nosso dever, concordando ou não. -----

Decidir bem ou mal nesta matéria cabe aos eleitos, o nosso papel é o de educadores. -----

Ensinamos aos nossos alunos o respeito pelas pessoas e pelas instituições e procuramos praticar também o que ensinamos, na medida das nossas capacidades. Outros poderão confundir os seus papéis e deveres e até mesmo procurar afectar-nos com isso, mas certamente não os queremos seguir nesse caminho. -----

Segundo sabemos, a proposta de Carta Educativa aqui votada a 30 de Abril resultou em grande contestação. Tal descontentamento esteve na base de intervenções de membros desta Assembleia que visavam directa e nominalmente a Escola da Freixianda. Com base na informação que recolhemos pela comunicação social, nomeadamente pelos textos do jornal Notícias de Ourém, passamos a responder. -----

Não se iludam Rio de Couros e Casal dos Bernardos. Não disputamos ninguém: não pedimos para virem, nem vos seguramos se quiserem ir embora. -----

Aos presidentes de Junta de Casal dos Bernardos e Rio de Couros recordamos que há alunos de vários lugares das suas freguesias a frequentar a escola da Freixianda. Era útil incluir a opinião dos respectivos encarregados de educação sobre esta matéria, antes de dizerem que votam de acordo com a vontade da população. -----

O presidente da Junta de Rio de Couros invocou as dificuldades que seriam criadas a pais e alunos com a ida para a Freixianda. Gostaríamos que fosse mais explícito e nos dissesse que

tipo de dificuldades são essas. Entre 1990 e 1999 a maior parte da Freguesia de Rio de Couros esteve integrada no território de influência da escola da Freixianda e não temos notícia de que isso tivesse criado especiais dificuldades. Tanto é falso esse argumento, quanto o podem confirmar na actualidade os nossos alunos da Marta, Castelejo, Valongo, Rio de Couros, Casal do Ribeiro, Cacinheira, que não sentiram qualquer dificuldade quando optaram por frequentar a nossa escola. -----

Mas é particularmente reprovável que o presidente da Junta de Rio de Couros apresente como argumento «o excelente trabalho que o argumento de Caxarias tem vindo a fazer». Não sabemos quem lhe confiou o cargo de avaliador do trabalho das escolas e dos agrupamentos. Mas se quiser aplicar com justiça os mesmos métodos de análise que aplicou a Caxarias, verá, ponto por ponto, que o trabalho da Freixianda não é nada menos excelente. Ao intervir do modo que o fez, deixou implícito que a justificação do seu voto estaria ligada a uma qualidade inferior do ensino na Freixianda. Rejeitamos totalmente esta ideia e protestamos com veemência. -----

Protestamos ainda contra as afirmações do presidente da Junta do Olival. Quando afirmou que o ordenamento proposto resultava da «necessidade de manter com condições o agrupamento da Freixianda», falou sem conhecimento de causa. Ignora certamente as condições do agrupamento da Freixianda para assim se lhe referir. A escola da Freixianda tem-se mantido «com condições» desde 1990 e certamente não está dependente destas alterações de território para manter «com condições» um serviço, que vai para além das freguesias do agrupamento e para além das fronteiras do Concelho e do Distrito, e cuja qualidade é reconhecida até fora de Portugal, no âmbito dos projectos Comunitários em que temos participado. -----

Quando há movimentação das pessoas de Rio de Couros para a Freixianda, por muito que lhe pese, ela é perfeitamente normal, como já demonstrámos. -----

Merecem parabéns aqueles que erram? Pelo contrário, merecem os parabéns aqueles que se esforçam e aceitam. -----

Pretendemos também aqui apresentar o nosso lamento pela forma como a Câmara Municipal conduziu o processo de elaboração da Carta Educativa. Sabemos que alguns Presidentes de Junta se queixam por não terem sido consultados. É a eles que nos juntamos, porque em todo o tortuoso processo também não fomos nem ouvidos, nem informados. Vossas excelências ainda vão conhecendo o processo, conforme decorre da Lei, uma vez que têm o poder de rejeitar ou aprovar os documentos. Mas em todos este processo, que se arrasta desde Fevereiro, as nossas escolas e aqueles que as representam ainda não tiveram uma única informação oficial por parte da Câmara, ainda não tiveram conhecimento oficial de nenhuma das três versões que o documento já conheceu. Sobre a primeira versão não recebemos nada, sobre a segunda nada, e sobre a terceira nada também. Apesar de sermos a parte mais significativa da solução, a única informação é a dos jornais ou a que alguns de vós fazem o favor de nos fornecer. -----

Mas é a própria Assembleia Municipal de Ourém que foi tratada como uma instituição menor, sem relevo e sem importância. Foi esta atitude que a 28 de Fevereiro levou a Câmara a interferir na Ordem de Trabalhos, retirando a sua proposta. Argumentava que o mapa territorial tinha de ser corrigido, porque a DREL não o aceitava. E foi corrigido, aprovado e agora recuperado, porque afinal a DREL o aceita. -----

É ainda a mesma atitude que forçou a votação sob pressão no dia 30 de Abril, dizendo que o Concelho perderia o direito a financiamentos, se a proposta da Câmara não fosse aprovada. Afinal, um mês depois, a mesma Assembleia, com a mesma argumentação, vê-se forçada a revogar uma deliberação para a substituir por outra, por nova imposição da Câmara Municipal. É a inversão da democracia: não é a Assembleia que fiscaliza a Câmara, é a Câmara que coage a Assembleia. -----

Quanto à Carta Educativa, poderia o processo ter sido diferente? Entendemos claramente que poderia ter sido diferente. Todo o tempo que se perdeu a fazer e refazer projectos de textos, sem ouvir as partes intervenientes, seja as escolas, seja as Juntas de Freguesia, todo esse tempo poderia ter sido aproveitado para, em colaboração institucional, elaborar um texto equilibrado e que não gerasse o grau de conflitualidade que se veio infelizmente a manifestar. -

Se tivesse havido maior respeito pelas instituições, era a democracia e a população que teriam saído beneficiadas. -----

Muito obrigados.” -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a Senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO